

-----ACTA 10/2010-----

-----Da Reunião Ordinária de 19 de Abril de 2010-----

-----Aos dezanove dias do mês de Abril do ano de dois mil e dez nesta cidade de Almeirim, na Sala de Reuniões do Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Administrativa, Maria João André Escrevente, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara Municipal deste Concelho, os Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes e Vereadores, Pedro Miguel César Ribeiro, Francisco Manuel Maurício do Rosário, José Carlos da Silva, Maria Emília Castelo Arsénio Botas Moreira, Maria de Fátima Rodrigues Pina Cardoso e José Manuel Aranha Figueiredo.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----O Senhor Presidente propôs a inclusão de dois assuntos na Ordem de Trabalhos e perguntou se alguns dos Autarcas queria intervir neste Período. Relativamente à inclusão dos assuntos, o Executivo concordou por unanimidade, a sua inserção. No que refere à intervenção, pediu uso da palavra o Senhor Vereador Francisco Maurício, que colocou as seguintes questões: "Gostaria de ser informado sobre o que aconteceu ao Frade;Que iniciativas a Autarquia levou a cabo para resolver o problema da queda de azulejos da fachada do edifício Alfa, que está a causar grandes transtornos aos residentes e não só, está a afectar o comércio da zona."-----

-----Quanto ao frade, o Senhor Vice Presidente informou que tentaram deslocá-lo do local onde se encontrava, mas não o conseguiram levar. Neste momento está na Zona Industrial e brevemente voltará para o seu lugar. Relativamente aos azulejos do prédio Alfa, informou que já houve informação do fiscal, que foi transmitida ao Condomínio do Prédio e aguarda da parte deste

uma resposta. Afirma que foi proposta ao Condomínio a remoção dos azulejos, mas não foi aceite esta solução por parte dos moradores.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo perguntou se não havia programa comemorativo do 25 De Abril, e referiu que um Município que tem uma propriedade no Marquês, lhe comunicou que a mesma tem sido alvo de actos de vandalismo, perguntou o que a Autarquia tem feito para evitar tais acções.-----

-----O Senhor Presidente informou que relativamente ao programa do 25 de Abril, o vai distribuir de imediato. No que refere aos actos de vandalismo, comunicou que teve uma reunião com o Comandante Distrital da GNR, no sentido de intervir sobre o assunto.-----

-----O Senhor Presidente distribuiu a síntese das actividades a realizar pelas Comemorações do 25 de Abril do corrente ano, no Concelho de Almeirim.-----

-----O Senhor Presidente distribuiu as propostas para inclusão na Ordem de Trabalhos.-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS**-----

-----OBRAS PARTICULARES - PROJECTOS DE GLOBALIDADE - O Senhor Vice Presidente informou o Executivo Municipal dos despachos na globalidade que fez, ao abrigo da delegação de competências: Artur José Fidalgo Santos, processo 325-07A/09.-----

-----**OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS**-----

-----**APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E DE INFORMAÇÕES CONEXAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM** - O Senhor Presidente apresentou a proposta acima indicada, a qual se anexa a esta acta, dela fazendo parte integrante, que depois de analisada foi posta a votação.-----

----o Senhor Vereador Aranha Figueiredo considera o Plano muito vago. Na página seis, quando se refere à identificação dos

responsáveis, não é referido nenhum nome.-----
-----O Senhor Presidente informou que na parte transcrita do documento, ele é basicamente uma transcrição do documento da ANMP. E acrescentou: "Neste momento os responsáveis são o Presidente e os Vereadores com Pelouros."-----
-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo referiu que há técnicos responsáveis com experiência no interior da Câmara que têm conhecimentos para assumir esses serviços. -----
-----O Senhor Presidente pôs a votação o documento acima indicado, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----
-----O Senhor Vereador Francisco Maurício leu a declarou de voto que abaixo transcrevo, cuja cópia me entregou: "No dia um de Fevereiro de dois mil e dez, fiz a seguinte intervenção no PAOD: "No dia trinta e um de Dezembro de dois mil e nove (após uma primeira Prorrogação de vinte e um de Outubro de dois mil e nove: O Conselho de Prevenção da Corrupção deliberou, na sua reunião de vinte e um de Outubro de dois mil e nove, prorrogar até trinta e um de Dezembro o prazo para apresentação dos Planos de Prevenção de Riscos, correspondendo assim a pedidos formulados nesse sentido com fundamento no período eleitoral que decorreu, nomeadamente nas autarquias locais, bem como na complexidade e novidade da matéria.-----
-----Acabou o prazo para que fosse apresentado ao Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) o Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas."-----
-----De facto este plano insere-se numa recomendação do CPC - criado em quanto de Setembro de dois mil e oito pela Lei n.º 54/2008, de um de Julho de dois mil e nove. Gostaria de saber da razão ou razões para não se ter cumprido esta recomendação (sublinho que é recomendação), pelo que questiono se é intenção da Câmara Municipal de Almeirim alguma vez vir a cumpri-la?"-----
-----É pois, com satisfação que vejo por parte da Câmara a intenção, se bem que, mais demorada do que devia, trazer a este Executivo uma proposta nesse sentido. -----
-----Embora não concordando com a apreciação de alguns serviços, constantes da proposta que nos é apresentada, reconhecendo o

mérito a que alguns tenham sido alterados no decorrer da reunião, por proposta do MICA e da CDU, o MICA, congratula-se com esse facto e fica satisfeito que a sua recomendação tenha sido acolhida, pelo que vota favoravelmente a proposta.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo declarou: "A proposta apresentada pelo Senhor Presidente, foi alvo de algumas alterações, resultantes da discussão neste organismo que melhoraram a proposta inicial. Considero no entanto que esta proposta ainda tem algumas limitações, considero também que mais vale ter esta do que nenhuma e nessa condição votei favoravelmente. Espero que se continue a pensar no assunto para que no futuro possa haver uma proposta ainda melhor, que identifique claramente os responsáveis pelas áreas de execução e contribua de forma mais significativa para contrariar actos ilícitos."-----

-----EMISSÃO DE LICENÇAS DE UTILIZAÇÃO PARA OS EDIFÍCIOS OCUPADOS POR SERVIÇOS PRESTADOS PELOS IPSS's - O Senhor Presidente apresentou a proposta a seguir transcrita: "Temos recebido com insistência o pedido de emissão de licenças de utilização por parte das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS'S) do nosso Concelho.-----

-----As razões prendem-se com a necessidade de formalizarem as mais variadas Candidaturas e pelo facto de, as suas instalações, apesar de terem sido apoiadas pela Segurança Social e terem sido construídas, umas com conhecimento da Câmara e outras também apoiadas pela Câmara, nenhuma no entanto, mereceu a emissão de licença de utilização.-----

-----Conhecemos o mérito destas Instituições e também conhecemos a necessidade desta licença e das várias candidaturas que estão nos seus objectivos.-----

-----Daí que nos pareça que este pedido deve merecer todo o nosso apoio, à luz da data da sua construção com a seguinte condicionante:-----

-----Apresentação do projecto para que, a breve prazo, sejam acauteladas as disposições legais que actualmente regem a

segurança contra incêndios; as acessibilidades e o ruído.-----
-----Sem embargo da emissão imediata da licença de utilização
para as seguintes instalações:-----
-----Santa Casa da Misericórdia-----
-----Lar de S. José-----
-----Infantário do Largo Manuel Rodrigues Pisco (Largo do ---
-----Conde)-----
-----Creche (cerca do Hospital)-----
-----Centro Paroquial de Bem Estar Social-----
-----Infantário e ATL (Rua das Cancelas)-----
-----Lar/Centro de Dia (Rua das Cancelas)-----
-----Associação de Apoio às Famílias de Fazendas de Almeirim----
-----Infantário-----
-----Centro de Dia-----
-----Associação de Solidariedade Social de Benfica do Ribatejo--
-----Centro de Dia-----
-----Infantário."-----
-----o Senhor Presidente esclareceu que as Instituições de
Solidariedade Social do nosso Concelho necessitam desta licença
para se candidatarem a fundos.-----
-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo referiu: "Já me tinha
pronunciado sobre o assunto. O facto de serem instituições de
carácter social não justifica que estejam acima da lei. Portanto
a questão coloca-se em como se deve dar resposta à situação. Não
tenho muitas soluções, reconheço que não havendo licença de
utilização, condiciona as instituições. Dava-nos outro conforto
se condicionássemos as instituições à apresentação do projecto."
-----Posta a proposta a votação, foi a mesma aprovada por
unanimidade.-----
-----O Senhor Vereador Francisco Maurício declarou: "Nesta
matéria, parece ao MICA que tem havido negligência da nossa
Câmara e das Instituições em causa. Para cada de um destes
casos, que são seguramente diferentes, não existe a instrução de
qualquer processo, ou pelo menos não nos é presente. O Movimento
que aqui represento desconhece qualquer suporte legal para
fundamentar uma deliberação positiva. Deveria haver iniciativa

legislativa governamental que desse suporte a estas decisões. Uma deliberação neste sentido corre o risco de poder ser considerada nula, no entanto, apesar de todas estas circunstâncias e face à alteração da redacção da proposta e à importância do assunto em análise, assumo pessoalmente o voto favorável do Movimento que aqui represento."-----

-----O Senhor Presidente declarou: "Voto a favor tendo em conta que é inexplicável a exigência de licenças de utilização por parte de organismos que aprovaram e apoiaram financeiramente a construção destes equipamentos, sem que naquela data exigissem o licenciamento das construções. Quanto a nós, deviam ser os mesmos organismos da Administração Central a criarem os mecanismos necessários à legalização das instituições para que as instituições não perdessem a oportunidade de celebrar apoios indispensáveis ao seu financiamento. No meu voto favorável esteve presente a consciência que tenho dos inestimáveis serviços prestados pelas instituições em substituição da mesma Administração Central que as devia legalizar."-----

-----O assunto foi remetido ao Senhor Arquitecto António Forte.-

-----APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESA, ABERTURA DE CONCURSO, PROGRAMA DE PROCEDIMENTOS E CADERNO DE ENCARGOS PARA CONCURSO DE "FORNECIMENTO EM CONTINUO E TRANSPORTE DE MASSAS ASFÁLTICAS COM ACABAMENTO A QUENTE PARA ARRUAMENTOS NO CONCELHO DE ALMEIRIM - O Senhor Presidente apresentou a proposta abaixo transcrita:-----

-----"Conjugando disposto nos artigos 431º e seguintes o nº 1 do artº 36º, o artº38º, o nº 2 do artº 40º todos do Código de Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. 18/2008 de 29 de Janeiro, na redacção introduzida pelo D.L. nº 278/2009, de 2 de Outubro, com a alínea b) do nº 1 do artº18º do D.L. nº 197/99, de 8 de Junho, e ainda da alínea q) do nº 1 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro com a redacção introduzida pela republicação com a Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponho:-----

-----Que seja autorizada a despesa, bem como aprovados o Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, e ainda a

decisão de contratar através de lançamento de Concurso Público de Fornecimento em Continuo e Transporte de Massas Asfálticas Com Acabamento a Quente Para Arruamentos no Concelho de Almeirim".-----

-----Posto o assunto à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

-----O documento foi enviado ao Senhor Luís Leitão.-----

-----Para a votação que se segue, ausentou-se da sala o Senhor Vice Presidente por se encontrar legalmente impedido de participar.-----

-----APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DO JURI DE PROCEDIMENTO PARA O CONCURSO DE "FORNECIMENTO EM CONTINUO E TRANSPORTE DE MASSAS ASFÁLTICAS COM ACABAMENTO A QUENTE PARA ARRUAMENTOS NO CONCELHO DE ALMEIRIM" - o Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:"Ao abrigo do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. nº 18/2008, de 29 de Janeiro, na redacção introduzida pelo D.L. nº 278/2009, de 2 de Outubro, proponho como membros do "Júri do Procedimento", para o concurso de Fornecimento em Continuo e Transporte de Massas Asfálticas Com Acabamento a Quente Para Arruamentos no Concelho de Almeirim, os seguintes elementos:-----

-----Efectivos:-----

-----Presidente - Pedro Miguel César Ribeiro;-----

-----Vogal - Vereador José Carlos Silva;-----

-----Vogal - Engº António Xavier Martins da Rocha Pinto.-----

-----Suplentes:-----

-----Dr. António Joaquim Veríssimo Pisco;-----

-----Manuel Caipira."-----

-----Posta a proposta à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----O assunto foi remetido ao Senhor Luís Leitão.-----

-----Retomou o lugar o Senhor Vice Presidente.-----

-----APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, NO JÚRI, PARA PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS DO CONCURSO DE "FORNECIMENTO EM CONTINUO E TRANSPORTE DE MASSAS ASFÁLTICAS COM ACABAMENTO A QUENTE PARA ARRUAMENTOS NO CONCELHO DE ALMEIRIM" - O Senhor Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve:"Conjugando o nº 2 do artigo 50º com o nº 2 do artigo 69º, ambos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. nº 18/2008, de 29 de Janeiro, na redacção introduzida pelo D.L. nº 278/2009, de 2 de Outubro, proponho que seja delegado no Júri dos Procedimentos, a competência para prestar os necessários esclarecimentos aos concorrentes na fase de concurso de "FORNECIMENTO EM CONTINUO E TRANSPORTE DE MASSAS ASFÁLTICAS COM ACABAMENTO A QUENTE PARA ARRUAMENTOS NO CONCELHO DE ALMEIRIM".-----

-----o Senhor Vereador Francisco Maurício perguntou qual é o conjunto de ruas que vão ser asfaltadas.-----

-----O Senhor Presidente respondeu que não estão determinadas as ruas a asfaltar. As massas adquiridas destinam-se à recuperação dos asfaltos e a novas asfaltagens.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício perguntou se em mandatos anteriores, houve alguma deliberação que preservasse as ruas de calçada de pedra.-----

-----O Senhor Presidente referiu que não houve deliberação oficial sobre o assunto.-----

-----Posta à votação a proposta acima indicada, foi aprovada por unanimidade.-----

-----O assunto foi remetido ao Senhor Luís Leitão.-----

-----ERROS E OMISSÕES DA OBRA DE REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO CÍVICO DE ALMEIRIM - PARQUE DESPORTIVO MUNICIPAL - O Senhor Presidente apresentou ao restante Executivo a seguinte proposta: "Considerando que terminou a 15 de Abril o prazo para apresentação de erros e omissões para a obra: "Requalificação do Centro Cívico de Almeirim - Parque Desportivo Municipal";-----

-----considerando que nessa data, para cumprimento dos prazos legais, havia já sido distribuída a ordem de trabalhos para a

reunião ordinária de 19 de Abril;-----
-----Considerando que neste hiato de tempo, o Júri do Procedimento em consonância com o projectista puderam analisar todas as listas de erros e omissões apresentadas e decidir o que propõem que seja aceite;-----
-----Assim, cumprindo o estipulado no artigo 83º da Lei 169/99, de 18 de Setembro com a redacção introduzida pela republicação com a Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponho que seja introduzido um novo ponto na ordem de trabalhos desta reunião de 19/04/2010, que será o seguinte:-----
----- Aprovação dos erros e omissões avalizados tanto pelo projectista como pelo Júri do Procedimento para o concurso: "Requalificação do Centro Cívico de Almeirim - Parque Desportivo Municipal", e em consequência alterar o preço base de 405.000,00 €, para 406.093,54 €."-----
-----Posta à votação a proposta acima indicada, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----
-----O assunto foi remetido ao Senhor Luís Leitão.-----

-----ACEITAÇÃO DOS ERROS E OMISSÕES APRESENTADOS PELOS CONCORRENTES E AVALIZADOS TANTO PELO PROJECTISTA COMO PELO JÚRI DOS PROCEDIMENTOS RELATIVAMENTE AO CONCURSO PARA A EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO CÍVICO DE ALMEIRIM - PARQUE DESPORTIVO MUNICIPAL DE 405.000,00 PARA 406.093,54 - O Senhor Presidente apresentou a proposta como segue: "De acordo com o número 5 do artigo 61º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, na redacção introduzida pelo Decreto-lei nº 278/2009, de 2 de Outubro, conjugado com o artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 8 de Junho, proponho a aceitação dos erros e omissões apresentados pelos concorrentes e avalizados tanto pelo projectista como pelo Júri dos Procedimentos, relativamente ao concurso para a empreitada de "Requalificação do Centro Cívico de Almeirim - Parque Desportivo Municipal".-----
-----Em consequência dos mesmos, proponho ainda que o preço base do concurso passe dos 405.000,00 €, para 406.093,54 €."-----

-----De referir que acompanhou a proposta dossier contendo os erros e omissões apresentados pelos concorrentes e também os erros e omissões que o júri e o projectista propõem para apreciação e consulta do Executivo.-----

-----Posta à votação a proposta acima indicada, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----O assunto foi remetido ao Senhor Luís Leitão, bem como o referido dossier.-----

-----**DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----CORRECÇÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA EM REUNIÃO DE CÂMARA DE QUINZE DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZ RELATIVA À PROPOSTA PARA AQUISIÇÃO DE PARCELA DESIGNADA POR PARCELA "A", DO PRÉDIO DENOMINADO DE "LUDOVICE" - O Senhor Presidente distribuiu por todo o Executivo a informação comunicando que a deliberação que consta na acta de quinze de Março de dois mil e dez, aprovada em reunião de cinco de Abril corrente, referente ao assunto acima indicado à proposta para aquisição de parcela designada por parcela "A" do prédio denominado de Ludovice, segundo a Notária, considera-a insuficiente no que refere ao destino a dar ao terreno. É necessário que conste que o terreno se destina à Construção da Circular Urbana de Almeirim, tendo um fim de afectação pública.-----

-----Assim o Senhor Presidente propôs a aprovação da introdução da expressão "Construção da circular Urbana de Almeirim, tendo um fim de afectação pública " passando o texto a ter a seguinte redacção: "PROPOSTA PARA AQUISIÇÃO DE PARCELA DESIGNADA POR PARCELA "A", DO PRÉDIO DENOMINADO DE "LUDOVICE", PARA CONSTRUÇÃO DA CIRCULAR URBANA, TENDO UM FIM DE AFECTAÇÃO PÚBLICA.- Foi presente a proposta do Senhor Presidente do seguinte teor:" Nos termos das disposições contidas na alínea f) do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, apresento a seguinte proposta:-----

-----É necessária a autorização do executivo camarário para proceder à aquisição por compra de uma parcela de terreno,

denominada de parcela "A", com a área de 1.678,38 m², a desanexar do prédio sito na freguesia e concelho de Almeirim, denominado de "Ludovice", com a área total de 14.920 m², da qual são proprietários Marcelino dos Santos Correia e Virgínia do Rosário Apolinário, casados sob o regime da comunhão geral de bens, que se encontra descrito na Conservatória do Registo Predial de Almeirim sob o n.º 7764 da freguesia de Almeirim, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 24.º da secção 022, o valor da parcela "A" com a área de 1.678,38 m² foi negociado pela Câmara Municipal de Almeirim em 40.000,00 euros, pelo que se pede autorização para realizar a compra, por esse valor.-----

-----O procedimento a desencadear para a aquisição e posterior celebração desse contrato de compra e venda, por parte do Município de Almeirim impõe que esteja devidamente identificado o prédio, e definidas as respectivas condições de aquisição, o que se encontra assegurado."-----

-----Acompanha esta proposta a avaliação feita pelo Senhor Arquitecto Sampaio, que se transcreve:-----

-----"Avaliação de duas parcelas de terreno com as áreas respectivas de A - 1689 m², B - 7080.9 m², C - 53.7 m², D - 3261.7 m² e E - 4459.2 m² podemos elaborar a seguinte avaliação tendo em conta os índices do P.U. de Almeirim e as regras da DGCI:-----

-----Parcela A (avaliação do terreno para construção)-----

-----Área total - 1689 m²-----

-----Índice de construção - 0,4-----

----- (Índice da Zona Hr E do P.U. da Almeirim eficaz onde se insere a parcela em avaliação . artigo 59º)

-----Área máxima de construção na parcela - 1689 m² x 0.4 = 675,6 m²-----

-----Para construções em dois pisos teremos 337,8 m² de implantação e 675.6 m² de construção.-----

-----a) Calculo estimado do valor da parcela A de acordo com o artigo 45º do C.I.M.I.-----

----- $VpA = Vc \times (A + 0.025 Ac + 0.005 Ad) \times C1$ -----

-----Vpa=605€ x (337,8m2+0.025x337.8m2+0.005x1013,4m2)x0.21
(fixado)-----
-----Vpa=605€ x (337,8m2+8,445m2+5,067m2)x 0.21-----
-----Vpa=605€x351.312x0.21-----
-----Vpa=44634,189€-----
-----Estimativa do valor da parcela A arredondado = 44650€-----
-----Estimativa do valor /m2 da parcela A:-----
-----44 650€/1 689m2 = 26,43€/m2.-----
-----Se considerarmos que a área máxima total de construção
675,6m2 permite genericamente 5 fogos (135m2/fogo) teremos então
o terreno avaliado sem infra-estruturas executadas a cerca de 8
930€/fogo (1 800 c/fogo).-----
-----O Senhor Presidente propôs ao Executivo que a proposta
fosse aprovada por minuta. Os Autarcas concordaram.-----
-----Posta à votação a proposta acima indicada, foi a mesma
aprovada por unanimidade.-----
-----Esta deliberação foi aprovada em minuta.-----
-----A funcionária que secretariou a reunião perguntou ao Senhor
Presidente a quem entregava o assunto para os procedimentos
subsequentes, ao que o Senhor Presidente lhe respondeu que o
assunto é para o Dr. Vítor de Sousa.-----
-----O Executivo deliberou por unanimidade aprovar a proposta de
alteração acima indicada.-----
-----De referir que o texto é integralmente o mesmo que consta
na acta de quinze de Março de dois mil e dez, apenas tendo como
introdução no cabeçalho : "PARA CONSTRUÇÃO DA CIRCULAR URBANA,
TENDO UM FIM DE AFECTAÇÃO PÚBLICA".-----

-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido das respectivas entidades, a
Câmara deliberou conceder as seguintes transferências:
Associação de Radioamadores do Ribatejo, dois mil euros para
realização do colóquio relativo ao tema "A Ciência, A Ética, O
Saber", para custear a documentação e brindes, publicidade e
divulgação (cartazes, impresso e revistas); Núcleo de Amigos do
Cicloturismo de Alpiarça apoio logístico para a prova: XI Volta
ao Ribatejo em Cicloturismo - Vinhos do Tejo; Rancho Folclórico

da Casa do Povo de Almeirim, mil duzentos e cinquenta euros para deslocação a França. Para a deliberação que se segue não participou a Senhora Vereadora Maria Emília Botas Moreira por se encontrar legalmente impedida, Associação Desportiva Fazendense, seiscentos e noventa euros para deslocação a Vila Real de Santo António a fim de participar na Copa 21 em Junho; CRIAL, Centro de Recuperação Infantil de Almeirim, trezentos e sessenta euros para o III Encontro, "Marcar a Diferença a Dançar".-----

-----ACÇÃO SOCIAL - Foram presentes várias informações do Gabinete de Acção Social da Autarquia, devidamente contextualizadas pelo referido Gabinete e mereceram as seguintes deliberações: Maria de Lurdes da Costa Faria, residente em Almeirim, solicita apoio para recuperação de habitação. Acompanha o orçamento de material, no valor de duzentos e oitenta e dois euros e quarenta e oito cêntimos. A Câmara deliberou custear a totalidade dos materiais; Maria Emília Veríssimo, residente em Almeirim, solicita apoio para habitação. Acompanha orçamento dos materiais no valor de trezentos e oito euros e vinte e quatro cêntimos. A Câmara deliberou custear.-----

-----DISPENSA DE FUNCIONÁRIO - Foi presente a carta do Rancho Folclórico da Casa do Povo de Almeirim, solicitando a dispensa do funcionário Mário Cláudio, para deslocação a Paris, nos dias treze a dezoito de Maio do corrente ano, a fim de participar no Festival de Folclore.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade, dispensar o funcionário.-----

-----MOTORISTA - Foi presente a carta do Rancho Folclórico da Casa do Povo de Almeirim, solicitando a dispensa do motorista, José Carlos para fazer equipa com o motorista José Gouveia, para deslocação a Paris, nos dias treze a dezoito de Maio do corrente ano, a fim do Rancho participar no Festival de Folclore, a decorrer em Paris.-----

-----A Câmara deliberou autorizar a dispensa do funcionário José

Carlos.-----

-----REMOÇÃO DE PALMEIRA - Foi presente a carta de Eurico Henriques, solicitando a remoção de uma palmeira que se encontra no seu quintal e lhe está a causar prejuízos no muro. Solicita informação do valor do serviço. Mais informa que pretende dar a árvore.-----
-----A Câmara deliberou informar que o serviço é gratuito uma vez que a palmeira reverterá para a Autarquia.-----

-----PAGAMENTO DE ÓCULOS A FUNCIONÁRIO - O Senhor Presidente apresentou a informação do Encarregado dos Serviços de Higiene e Limpeza, Luís Manuel Gonçalves, informando que na sequência do assalto às instalações da Zona Industrial no passado dia quinze de Março, o funcionário João Sampaio ao deparar-se com os assaltantes foi agredido pelos mesmos, tendo-lhe sido partido os óculos que usava. Dada a necessidade do seu uso, o funcionário procedeu já a expensas próprias para aquisição de novos óculos.-
-----Acompanha a informação venda a dinheiro da óptica, no valor de cento e cinquenta e dois euros, referente ao valor dos óculos.-----
-----A Câmara deliberou pagar o valor total dos óculos.-----

-----ACTAS - Tendo sido previamente distribuída por todos os Autarcas, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar as actas a seguir indicadas: vinte e nove de Março de dois mil e dez, aprovada por unanimidade. Acta de cinco de Abril de dois mil e dez - aprovada por unanimidade.-----
-----O Sr. Presidente declarou que, relativamente às actas aprovadas, aprova as deliberações formais no que concerne à eficácia dos actos e vota contra tudo o resto que está escrito e não é essencial às deliberações, nos termos do nº. 1 do Artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, que leu:-----
-----"De cada reunião ou sessão é lavrada acta, que contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros

presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respectivas votações e, bem assim, o facto de a acta ter sido lida e aprovada."-----

-----SENHAS DE PRESENÇA - Foram comunicadas à Repartição de Recursos Humanos da Autarquia, as presenças dos Senhores Vereadores na presente reunião de Câmara, para pagamento das senhas de presença.-----

-----Às dezassete horas e trinta minutos foi encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Assistente Administrativa desta Autarquia, elaborei a presente acta, que lavrei e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Presidente.-----

O Presidente da Câmara

A Assistente Administrativa
